

# Ataque será a tática de Ribeiro e Moreira

Os deputados Manoel Moreira (PMDB-SP) e José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), suspeitos de manipular verbas orçamentárias, pretendem adotar a tática da "agressividade" em seus depoimentos à CPI do Orçamento, esta semana. A informação já chegou ao presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA) e ao coordenador da Subcomissão de Patrimônio, senador José Paulo Bisol (PSB-RS). Moreira vai depor amanhã, às 14h00, e Ribeiro na manhã de quarta-feira. Segundo essas informações, os deputados pretendem atacar em vez de apenas se defender das acusações. Além disso, as informações que chegaram aos integrantes da CPI revelam, também, que eles vão atacar os próprios integrantes da comissão, e pelo lado pessoal.

Na avaliação de Bisol, o ataque, neste caso, não é a melhor arma. "O envolvimento eventual de algum integrante da CPI nas denúncias investigadas pela CPI não anula as acusações que existem contra os envolvidos", raciocinou, despreocupado, o senador. Para o interrogatório de Moreira e Ribeiro, os integrantes da CPI estão preparando relatórios minuciosos, es-

pecialmente sobre a atividade bancária e a variação patrimonial dos dois parlamentares.

**Denúncia** — Ontem, Bisol recebeu uma denúncia anônima acusando um parlamentar, que ele não quis identificar, de possuir entre 12 e 13 propriedades rurais ocultas. Patrimônio oculto é o conjunto de bens que o parlamentar esconde através de testas-de-ferro, como familiares e amigos. A denúncia, dissecreveu o senador, é minuciosa, com nome do vendedor, área das propriedades e localização.

Esse tipo de denúncia, explicou, reforça os pedidos que a CPI fez aos cartórios de todo o País, a busca de bens registrados em nome de parlamentares e seus familiares, mas não declarados à Receita Federal. "Talvez não exista nada mais invisível do que o patrimônio, já que ninguém quer aparecer como proprietário", filosofou Bisol.

A partir desta semana, a CPI vai se preocupar mais com os senadores envolvidos nas denúncias de manipulação de verbas orçamentárias. Os senadores Passarinho e Bisol estão preocupados com as críticas que possam surgir porque, até agora, somente os deputados foram investigados.